

## ***O HOMEM SOCIAL* EMPUNHA FIRME A SUA PENA: OS ESCRITOS DE UM COMBATIVO PERIÓDICO LIBERAL (1832-1833).**

Estevão de Melo Marcondes Luz\*

**Resumo:** *O Homem Social* foi um jornal essencialmente político publicado em Mariana (MG) entre 1832 e 1833. Seu redator era o padre liberal Antonio José Ribeiro Bhering, professor e político, reconhecido por sua disposição em prol da pedagogia liberal e pela atuação na imprensa periódica. Seus escritos refletem os embates em prol do liberalismo, da liberdade de imprensa e da constituição de uma esfera pública. Refletem, ainda, as diferentes articulações estabelecidas no campo da política e da sociedade civil, assim como os anseios frente às questões enfrentadas na província de Minas Gerais e no Império. Buscam tanto uma forma de analisar a política local e provincial, respondendo a eleitores e fomentando a opinião pública, mas também, de integrar os debates colocados no âmbito da política nacional. Analisar os escritos deste periódico é uma forma de trazer certa contribuição para a compreensão das diferentes facetas e variantes das práticas e princípios do liberalismo no Brasil, assim como das formas como estas folhas, espalhadas pelo Império, participavam do jogo político nacional.

**Palavras-chave:** *O Homem Social*; Antonio José Ribeiro Bhering; Liberalismo.

## ***O HOMEM SOCIAL* HOLDS TIGHT HIS PEN: THE WRITINGS OF A COMBATIVE AND LIBERAL NEWSPAPER (1832-1833)**

**Abstract:** *O Homem Social* was an essentially political newspaper published in Mariana (MG) between 1832 and 1833. Its editor was the liberal priest Antonio José Ribeiro Bhering, teacher

---

\* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Franca). Contato: estevaluz@ymail.com

and political, recognized by his willingness for the liberal pedagogy and performance in the periodical press. His writings reflects the battles in favor of the liberalism, freedom of the press and the constitution of a public sphere. Reflects, also, the different articulations established in the field of politics and civil society, as well as the anxieties regarding the issues faced in the province of Minas Gerais and in the Empire. Seem to seek both a way of analyzing local and provincial politics, responding to voters and fostering public opinion, but also a way of integrating debates within national policy. Analyze the writings of this newspaper is a way to bring some contribution to the understanding of the different facets and variants of the practices and principles of liberalism in Brazil, as well as the forms that these newspapers, scattered throughout the Empire, participated in the national political game.

**Keywords:** *O Homem Social*; Antonio José Ribeiro Bhering; Liberalism.

### O jornal e seu arrojado redator

Em 1832 começou a circular na cidade de Mariana, província de Minas Gerais, o periódico intitulado *O Homem Social*. Impresso na *Tipografia Mariannese*, localizada em plena rua Direita, mesma rua onde está localizada a Catedral da Sé, este jornal se mostrou logo a que veio, sacudindo aquela cidade, sede de um enorme bispado, e mostrando-se bem articulado com as outras folhas liberais da província e da Corte. Combativo e essencialmente político, apresentava uma linguagem afiada e um conhecimento aprofundado das questões nacionais e internacionais do seu período. Com um teor bastante filosófico em seus artigos e análises, em cujas páginas também eram publicadas transcrições de textos de renomados pensadores internacionais, seu redator demonstrava possuir um conhecimento aguçado acerca da história da humanidade, assim como opiniões contundentes sobre a situação política e social do Império.

O homem por trás da redação do jornal era o padre Antonio José Ribeiro Bhering<sup>1</sup>, um aguerrido liberal que se tornou, mais tarde, uma figura influente dentre a bancada de deputados liberais da província. Nascido no ano de 1803 na Imperial Cidade de Ouro Preto, então capital

---

<sup>1</sup> Para maiores informações sobre o padre: LUZ, Estevão de Melo Marcondes. Incendiárias folhas: ação política e periodismo na trajetória do padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829-1849). Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, 2016.

da província, tinha origem pobre e foi enviado para estudar como interno no *Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte* em Mariana. Ali, em novembro de 1826, recebeu a sua ordenação das mãos do bispo D. Frei José da Santíssima Trindade. Logo, aquele aluno aplicado e de inteligência muito aguçada, foi convidado a assumir a destacada cadeira de Filosofia do *Seminário*. Este, no entanto, foi o começo das desavenças travadas entre Bhering, o bispo e seus respectivos aliados. Este conflito e as suas incompatibilidades, então, constituíram, por um período de tempo, a matéria prima vital para os escritos do *O Homem Social* e de outras folhas do período.

Bhering assumiu a cadeira de Filosofia em 1827 por indicação do próprio bispo, mas as divergências logo tiveram início. Com a proposta de uma pedagogia inovadora, sensivelmente entusiasmada com o liberalismo do período, introduzindo dentre seus alunos estas ideias, seus conceitos e visões de mundo, Bhering passou a discutir em suas aulas pensadores “perigosos”, segundo entendiam o bispo e o reitor do *Seminário*, e defender arduamente a liberdade de Imprensa e de pensamento. Neste momento já escrevia artigos para folhas como *O Universal*, um dos mais importantes jornais da província, por meio dos quais não disfarçava a sua convicção liberal, a sua crença nas nascentes instituições brasileiras, na Constituição e na força da palavra impressa.

Em função destas suas ideias um grave embate se estabeleceu entre ele e o bispo, intensificando-se ao longo de suas vidas e marcando sensivelmente a sua trajetória na imprensa periódica. O posicionamento do bispo, suas manobras e decisões, assim como as de seus auxiliares da diocese, indicam claramente uma tentativa de conter o desenvolvimento e o avanço das ideias liberais que naquele momento, após a Independência, se difundiam com mais vigor pelo interior do Império. Ele buscou combater pelos meios eclesiásticos, por meio de interpretações específicas do direito canônico, das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e dos concílios papais, a propagação desta tendência que se espalhava e cujos propagadores eram também os próprios padres, cuja influência junto à população era significativa.

Foi diante destas incompatibilidades e dos enfrentamentos seguidos que ocorreu a demissão do jovem padre Bhering. O rompimento traumático com o *Seminário*, no entanto,

ocorrido em 1829, abriu novas portas ao jovem professor, que iniciou sua atuação no mundo do governo representativo e da imprensa periódica.<sup>2</sup>

Bhering era, portanto, o redator daquele periódico marianense. A expressão “homem social” era bastante utilizada na imprensa, onde apareciam também expressões que ampliavam o seu sentido como, por exemplo, “edifício social”, “abóbada social”, “ordem social” e “virtude social”. O título do periódico sugeria a superação do estado natural do homem, quando viviam de forma selvagem e segregados das relações sociais. E esta superação havia sido possibilitada por meio da razão, outorgada pelo *Ser Supremo do Universo*, como esclareceu Bhering em dado momento.<sup>3</sup>

Definição interessante relativa ao termo/expressão é fornecida por um correspondente do *O Universal*, para quem tal superação estava condicionada ao aprendizado das “obrigações do homem para com Deus, para com a sociedade, e para consigo mesmo a fim de me fazer um homem social, e para bem falar, um verdadeiro Católico constitucional”.<sup>4</sup> A sua utilização neste contexto, portanto, estava também ligada ao aperfeiçoamento das virtudes morais dos cidadãos, ao seu importante papel em prol das transformações da sociedade, assim como parece haver uma associação aos termos constitucionalismo e liberalismo quando utilizados por aqueles cidadãos denominados “patriotas”.

Buscamos questionar as motivações que levaram Bhering a imprimir *O Homem Social* em Mariana, ao invés de continuar os trabalhos que já desenvolvia junto à *Tipografia Patricia do Universal*, em Ouro Preto, onde eram impressos outros jornais de tendência liberal como *O Novo Argos*<sup>5</sup> e *O Universal*. Teria sido por motivos de incompatibilidades ideológicas com os

---

<sup>2</sup> O padre Bhering chegou a ocupar os cargos de vereador na Câmara Municipal de Mariana, foi eleito deputado provincial e deputado geral, atuando na Câmara dos Deputados na 3ª legislatura (1834-1837) e eleito para a 5ª legislatura, que teria início em 1842, mas foi dissolvida por decreto imperial. Fez parte do Conselho Geral da Província, em seu segundo (1830-1833) e terceiro (1834) mandatos, quando foi extinto pela lei de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional) e criou-se a Assembleia Legislativa Provincial. Nesta foi deputado em várias legislaturas. Sua atuação na imprensa periódica também foi destacada, tendo atuado diretamente em jornais mineiros e do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> A ideia por trás da expressão “homem social” e sua definição aparecem em diferentes ocasiões nas páginas dos jornais de tendência liberal do período.

<sup>4</sup> Correspondência assinada por “Um católico Romano Constitucional”. *O Universal*, edição 168 de 08/08/1828. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

<sup>5</sup> *O Novo Argos* foi um periódico impresso e publicado em Ouro Preto entre os anos de 1829 e 1834 e que teve o padre Bhering como seu redator principal até 1832. Depois o periódico foi dirigido por outros correligionários liberais de peso como padre José Antonio Marinho e Herculano Ferreira Pena, ambos figuras de destaque na cena política do Império. A redação do *O Novo Argos* contribuiu muito para a projeção de Bhering como um escritor público reconhecido em determinados setores da sociedade, especialmente entre jovens liberais da província e as

responsáveis pela *Tipografia Patricia* que ele deixara a redação do *O Novo Argos* para redigir *O Homem Social* e publicá-lo em Mariana? Seria por questões financeiras, sendo a *Tipografia Mariannense* um atrativo neste sentido? Enfim, são questionamentos sobre os quais podemos lançar alguns apontamentos importantes.

É provável que se uma das situações levantadas acima tenha sido a motivação desta mudança, tais informações tenham ficado apenas no plano das conversas travadas entre o redator e os donos das tipografias envolvidas. No entanto, cabe aqui mencionar que no mesmo momento em que deixa a redação do *O Novo Argos*, Bhering assume a cadeira pública de Retórica em Mariana. Diante deste novo cenário ele teria se mudado para aquela cidade, sendo este, talvez, o motivo pelo qual teria buscado a *Tipografia Mariannense* para imprimir o seu *O Homem Social*. Estar próximo da tipografia era certamente um facilitador de seu trabalho, já que, mesmo estando próximas as duas cidades, o deslocamento no período era desgastante, dispendioso e levava tempo. *O Homem Social* era publicado aos sábados e isto permitia que Bhering cumprisse com seus compromissos e ainda acompanhasse de perto o processo de impressão da folha. O que sugere que a mudança para Mariana tenha ocorrido por volta deste momento é que em 1832 Bhering fora eleito vereador por aquela municipalidade, indicativo de que já estaria morando na cidade. Ele também aparece na lista de eleitores escolhidos em Mariana no começo de 1833 para votar nas eleições seguintes.<sup>6</sup>

Vale aqui mencionar o caminho trilhado pela pesquisa até encontrar este periódico, já que o mesmo não constava na relação de jornais digitalizados pela *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional (FBN)*, mas aparecia em uma relação de documentos recebidos pelo *Arquivo Público Mineiro (APM)*. Mas após as consultas a esta instituição fomos informados que o jornal, por algum motivo, não constava em seu acervo. Fizemos, então, contato com o *Arquivo Nacional (AN)*, onde finalmente encontramos algumas edições do periódico.

O conjunto é composto por dez edições que abrangem o período de agosto de 1832 a junho de 1833. Lamentavelmente não consta neste conjunto a primeira edição, onde geralmente

---

lideranças do “partido”. Seus textos traziam muito de suas referências intelectuais e de suas influências no campo da filosofia e da política.

<sup>6</sup> Para acessar as respectivas listas e suas informações consultar as seguintes edições do jornal *O Novo Argos*: edição 157 de 17/11/1832 e edição 171 de 09/03/1833. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

o redator publicava um *Prospecto* no qual apresentava o novo jornal, com suas características editoriais e suas respectivas posições, intenções e motivações. Não existem também as edições relativas ao período em que ocorreu a *Revolta do Ano da Fumaça* em 1833 (Sedição de Ouro Preto), quando muitas folhas liberais foram impedidas de circular. Mas temos a edição de número 46, publicada em 01 de março de 1833, poucos dias antes da eclosão do movimento, ocorrido em 22 daquele mês, e a edição de número 51, a última existente, publicada em 08 de junho daquele mesmo ano. De qualquer forma, qual não foi a nossa surpresa e entusiasmo quando encontramos nas páginas da *Astréa*<sup>7</sup>, periódico publicado no Rio de Janeiro, um anúncio sobre o aparecimento do *O Homem Social* acompanhado de uma reprodução na íntegra de seu *Prospecto*. Foi com base em seu *Prospecto*, portanto, que começamos a análise.<sup>8</sup>

### Escritos em diálogo com a política nacional

“*O Homem Social* está identificado com a sua Pátria, a sua sorte existe na mesma Urna, ao mínimo aceno ele se apresenta em campo, embora sua espada não possa medir sua força, com a dos campeões seus colegas”. No entanto, afirma seu redator, “forças isoladas sucumbem ao menor peso, mas quando se reúnem, ainda que sejam fracas vencem escolhos insuperáveis”. Assim, utilizava como metáfora a imagem de uma Nau correndo o risco de naufragar em alto mar e onde todos, pilotos, tripulação e passageiros, “em benefício comum”, concorriam para sua efetiva salvação.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> A *Astréa* era publicada no Rio de Janeiro. Saía três vezes por semana, às terças, quintas e sábados. Em sua primeira edição publicou uma imagem representando a justiça, mas que a partir de 1828 deixou de ser impressal. De tendência liberal, o periódico teve importante papel nos debates travados em seu tempo. Teve relativa duração, tendo sido publicado entre os anos de 1826 e 1832. O jornal teria sido fundado por João Bráulio Muniz, membro da Regência Trina Permanente, e um de seus editores foi Antonio José do Amaral. Estas informações foram levantadas a partir de diferentes edições e periódicos do período. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

<sup>8</sup> As edições do periódico *O Homem Social* que reproduzimos junto ao *Arquivo Nacional* começam a partir do número 17. Todas as edições anteriores, desde a sua primeira, foram, a princípio, perdidas ao longo do tempo. Destas edições perdidas sobreviveram apenas alguns pequenos fragmentos (artigos, cartas e comentários) que encontramos em reproduções feitas nas páginas de outros periódicos, como é o caso do seu “*Prospecto*” reproduzido na íntegra nas páginas da *Astréa*.

<sup>9</sup> “*Prospecto*” do periódico *O Homem Social* publicado nas páginas da *Astréa*, edição 826 de 01/05/1832. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).



*O Homem Social* identifica certos perigos que espreitavam os brasileiros naquele momento e as causas da crise que experimentavam, dando indícios importantes sobre os recentes temas em debate na ocasião e que geravam enfrentamentos até mesmo entre os próprios liberais. A sua análise contextual possibilita identificar o seu posicionamento moderado entre as diferentes tendências e ideologias em jogo.

De um lado vemos a Federação querendo surgir de sobre os fragmentos da Lei Fundamental, prometendo-nos mil venturas, mas expondo-nos a perder a única taboia de salvação ao través das dissenções civis. De outro lado a República convidando-nos ao estado da Natureza, sem possuímos as virtudes dos Aristides, dos Cimões, dos Temístocles, dos Francklins, e dos Washingtons, aventurando-nos a uma divisão fatal, que após de si traria a morte, o estrago, a desolação, e por último o despotismo mais opressor. De outro lado a Restauração preconizada pelo Caramurú se nos apresenta com todos os atavios da salvação, mas tramando primeiramente, e insuflando discórdias, e guerras civis, e chamando sobre os Campeões de 7 de Abril todos os ressentimentos do Déspota destronizado. Tais são os inimigos que se apresentam em campo contra o mal fadado Brasil, que não saboreou os frutos garantidos pela Constituição. É para auxiliar os defensores deste Código Sagrado, que nos abalançamos a empunhar a pena, ainda que mal aparada; persuadidos intimamente, que é ele a única tábuia de salvação no tempestuoso mar das intrigas, e das rivalidades que forcejam para nos levar ao abismo.<sup>10</sup>

O cenário apresentado pelo *O Homem Social* indica as incertezas vivenciadas naquele momento. A hegemonia alcançada pelo grupo liberal moderado, na condução do Estado durante o período regencial, colocou em discussão projetos que buscavam certa descentralização política e administrativa, apontando para a necessidade de reforma da Constituição, e estabelecendo determinada oposição ao centralismo que marcou o Primeiro Reinado. Os delicados debates acerca das ideias de liberdade e autonomia, associadas aos conceitos de federalismo, confederação, república, restauração, também foram incrementados, tanto no parlamento, como na imprensa, e na própria sociedade civil.

O conceito de liberdade merece atenção especial, já que estava em discussão desde muito tempo, tendo recebido novos significados em função de experiências como a Independência e a Abdicação. Era costume os periódicos trazerem citações em suas páginas de abertura, o que dava indícios de seu posicionamento político e dos rumos de seus escritos. Na página inicial do *O Homem Social*, logo abaixo de seu título, estava publicada uma citação do

---

<sup>10</sup> “Prospecto” do periódico *O Homem Social* publicado nas páginas da *Astréa*, edição 826 de 01/05/1832. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

filósofo Mably<sup>11</sup> com a seguinte frase: “*A origem de todo o bem é o amor da Liberdade... acompanhado do amor das Leis*”.<sup>12</sup>

Em outro momento, atuando ainda como redator do *O Novo Argos*, Bhering escrevia, em uma nota de rodapé daquele jornal, a seguinte passagem: “Por Liberdade entendemos o poder, que tem todo o Cidadão de fazer aquilo, que a Lei não proíbe: quando dizemos igualdade, sempre a referimos a Lei, quer premeie, quer castigue: longe de nós a Liberdade licenciosa, ou igualdade absoluta”.<sup>13</sup>

A noção de liberdade e a citação do pensador francês dão indicativos interessantes sobre o conceito de liberdade para Bhering, ou seja, a liberdade estritamente vinculada aos limites legais estabelecidos pela Constituição, intencionalmente oposta a conceitos como anarquia e jacobinismo utilizados para caracterizar pejorativamente a ideia de liberdade defendida por alguns desses liberais. Já a liberdade de imprensa, tão cara aos escritores públicos, tinha o papel de contribuir para a difusão das luzes, para a instrução dos povos e formação de uma opinião pública. Mas uma de suas principais vantagens era a “justa censura às Autoridades, que não cumprem os deveres, que lhes impõe a Lei”.<sup>14</sup>

A reforma do Código do Processo Criminal em 1832 e o Ato Adicional de 1834 foram conquistas daquele período. Havia, no entanto, muita cautela e receios diante das diferentes tendências ideológicas e suas possíveis consequências para o futuro da nação. Como relatou *O Homem Social*, existiam propostas mais radicais que propunham desde a supressão do poder moderador até a adoção de uma monarquia federativa, mas também aquelas que pretendiam frear os avanços conquistados após o processo de Independência e depois com a Abdicação,

---

<sup>11</sup> Gabriel Bonnot de Mably (1709-1785) teve formação religiosa, mas abandonou a carreira eclesiástica. Em função de seus estudos é considerado como um dos “mais importantes inspiradores da legislação revolucionária de 1789” na França. Era tido como “hostil à propriedade privada dos meios de produção e, por isso, pode-se considera-lo como um precursor do socialismo”. Homem formado em um ambiente intelectual riquíssimo, teve contato muito próximo com importantes literatos, filósofos e demais pensadores como Voltaire, Rousseau, Diderot, Duclos. Era irmão do também abade e filósofo Condillac (Étienne Bonnot de Condillac, 1715-1780), e discípulo de Bacon e Locke. Foi responsável pela elaboração da doutrina do *Sensualismo* com a publicação de *Traité des Sensations* em 1754. Ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel\\_Bonnot\\_de\\_Mably](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Bonnot_de_Mably) e [https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tienne\\_Bonnot\\_de\\_Condillac](https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tienne_Bonnot_de_Condillac). Acessados em 30/09/2015.

<sup>12</sup> *O Homem Social*, edição 17 de 04/08/1832. Em outras edições do periódico a frase foi substituída por outra em francês – “*J’ aime mieux une liberte environée de perils, qu’ un esclavage paisible*” – como na edição 33 de 01/12/1832. Acervo do Arquivo Nacional (AN).

<sup>13</sup> *O Novo Argos*, edição 06 de 18/12/1829. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

<sup>14</sup> *O Novo Argos*, edição 06 de 18/12/1829. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

tida por muitos como “um momento de refundação do pacto político”. Neste sentido, a reforma da Constituição, cujos debates parlamentares teriam se iniciado em 1831, “foi marcada desde o início pelo esforço da ala mais moderada de pôr freio à exacerbação do princípio federalista, embora a necessidade do aperfeiçoamento da Constituição fosse consenso”.<sup>15</sup>

Sendo assim, como ressaltou Luisa Rauter Pereira,

esse novo espaço trazia desafios específicos. Se as expectativas da libertação do regime considerado opressor e despótico podiam ser formuladas com amplitude e relativa radicalidade, em especial pelos grupos políticos que lideraram o 7 de Abril, a experiência real da liberdade então posta em jogo após a Abdicação exigiu cada vez mais uma atitude de prevenção dos agentes envolvidos.<sup>16</sup>

Em seu *Prospecto*, *O Homem Social* deixa transparecer justamente esta tensão existente naquele momento, chamando atenção para a delicadeza do momento e para as forças que atuavam em diferentes sentidos na condução do país. Seu redator chega a usar a expressão “arriscada crise em que se acha o Brasil” para justificar a sua necessária empreitada enquanto escritor público e cidadão. Afirmava:

Se não pudermos como os hábeis Pilotos aplicar o bálsamo salutar às chagas, que mãos impuras abriram no corpo Social, se não pudermos restituir aos seus membros a desejada Vitalidade, e robustez, ao menos velaremos, para que carnívoros lobos não despedacem a presa, que procuram tragar: não consentiremos, que sobre antigas feridas se abram outras, que aumentando a debilidade do Inferno, o levem mais depressa ao túmulo. Estaremos sempre vigilantes, para que a tirania, e a anarquia não empunhem o septro neste abençoado solo, sobre as ruínas dessa Constituição, a cuja sombra temos descansado das fadigas, e penalidades, que sobre nós pesaram por 300 anos.<sup>17</sup>

Seria possível pensar a utilização da expressão “ruínas dessa Constituição”, por parte do redator, como uma crítica às reformas descentralizadoras que estavam em andamento naquele momento? Ou seria apenas uma crítica às disputas políticas e ideológicas travadas naquele tempo entre os diferentes segmentos citados em sua fala? Seja qual for a sua intenção,

---

<sup>15</sup> PEREIRA, Luisa Rauter. “Ao ponto que as necessidades exigem”: experiência política e reconfiguração do tempo no debate político brasileiro da década de 1830. *Almanack*, n.10, Guarulhos, 2015, p.308.

<sup>16</sup> PEREIRA, Ibidem, p.306.

<sup>17</sup> “Prospecto” do periódico *O Homem Social* publicado nas páginas da *Astréa*, edição 826 de 01/05/1832. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Pareceu-nos que a palavra “Inferno”, empregada neste trecho específico do “Prospecto”, pode ter sido inserida de forma errada pelo impressor do jornal, já que o entendimento do texto sugere que a intenção seria usar a palavra “Império”. Ressalto que transcrevemos a palavra da mesma forma como estava redigida no texto original.

a publicidade dada aos fatos buscava informar aos leitores, e já naquele momento é possível identificar um desalinhamento entre antigos “patriotas”, assim como entre algumas folhas liberais.

Os acontecimentos da década de 1830, posteriores ao 7 de Abril, possibilitaram certa hegemonia aos liberais, mas também causaram graves conflitos entre esses aliados em função de suas distintas e variadas tendências. Alguns, mais radicais, expunham publicamente suas pretensões republicanas, enquanto outros, mais moderados, monarquistas, como Bhering, defendiam vivamente a Constituição e Pedro II. Marcello Basile fornece a seguinte divisão política e ideológica verificada naquele momento que, embora longa, é fundamental para a identificação dos grupos e projetos existentes no período Regencial:

Situados ao centro do campo político imperial, os *moderados* apresentavam-se como seguidores dos postulados clássicos liberais, tendo em Locke, Montesquieu, Guizot e Benjamin Constant suas principais referências doutrinárias; almejavam (e conseguiram promover reformas político-institucionais para reduzir os poderes do imperador, conferir maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário, e garantir a observância dos direitos (civis, sobretudo) de cidadania previstos na Constituição, instaurando uma liberdade “moderada” que não ameaçasse a ordem imperial. À esquerda do campo, adeptos de radical liberalismo de feições jacobinas, matizadas pelo modelo de governo americano, estavam os *exaltados*, que, inspirados sobretudo em Rousseau, Montesquieu e Paine, buscavam conjurar princípios liberais clássicos com ideais democráticos; pleiteavam profundas reformas políticas e sociais, como a instauração de uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os seguimentos livres da sociedade, o fim gradual da escravidão, relativa igualdade social e até uma espécie de reforma agrária. Um terceiro grupo concorrente organizou-se logo no início da Regência, os chamados *caramurus*. Posicionados à direita do campo e alinhados à vertente conservadora do liberalismo, tributária de Burke, eram contrários a qualquer reforma na Constituição de 1824 e defendiam a monarquia constitucional firmemente centralizada, nos moldes do Primeiro reinado, em casos excepcionais chegando a nutrir anseios restauradores.<sup>18</sup>

Embora alocados em grupos, a princípio determinados, não havia necessariamente coesão total, sendo possível vislumbrar na atuação de muitos destes cidadãos certa maleabilidade política e ideológica. Ou seja, havia interesses pessoais e alinhamentos para fora destes círculos, não sendo, portanto, uma identificação rígida e imutável. De qualquer forma, as consequências de suas respectivas divergências levaram, ao longo da década de 1830 e

---

<sup>18</sup> BASILE, Marcello. “O Laboratório da Nação: a era Regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*, volume II, 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.53-119, citação p.61.

meados da década de 1840, aos enfrentamentos e revoltas que ocorreram no turbulento período Regencial e início do Segundo Reinado.

Em artigo publicado naquele momento, *O Homem Social* faz uma análise bastante interessante relativa ao cenário vivenciado pelos liberais e sobre o governo de Diogo Feijó, tendo como base a repercussão de um “parecer da Comissão da Câmara Temporária”, que para alguns seria uma “solene declaração de República”. O texto possibilita elementos importantes para esta discussão. Aponta para o perigo causado pelos “intrigantes” que disseminavam pelo “Povo desapercibido” que os liberais, aqueles que “conseguiram no dia 7 de Abril destronizar o Déspota, para em seu lugar colocar o nosso patrício o Sr. D. Pedro 2 à par da Constituição”, promoviam o regime “Republicano”. E lançando uma análise acerca do parecer dizia: “O que é o parecer da Comissão? [...] não é outra cousa mais do que a opinião de 5 Deputados; opinião, que foi rebatida pela maioria da Câmara com a maior energia”. O parecer, prossegue, indica “que a Câmara se converta em Assembleia Nacional para tomar aquelas medidas, que fossem conducentes à salvação da Pátria próxima a naufragar, pela obstinação que está o Senado; será isto proclamar a República?”<sup>19</sup>

*O Homem Social* contesta com veemência a ideia de que todos os liberais e, “entre eles os que são inimigos da República”, pudessem ser tratados como republicanos. A própria definição de “inimigos da República” serve para localizá-lo em meio aos liberais, dando indícios claros de seu posicionamento moderado, monarquista e constitucional. E em relação ao Ministério Feijó, que de acordo com os “intrigantes”, pretendia instalar a República, afirmava:

Esta calunia cai por si mesma. [...] Um Ministério, que desde o momento, em que encetou sua carreira administrativa, se mostrou inimigo dos extremos, poderá sem injustiça ser taxado de Republicano? Qual é o ato, pelo qual o Ministério Feijó ostentou querer o sistema Republicano? [...] Os Fluminenses foram testemunhas da corajosa resistência, que fez o Ministério Feijó ao partido que proclamava a Federação já, e já. Os Fluminenses foram testemunhas da oposição, que este Ministério fez àqueles, que pediam deportações, e todo o gênero de violência. E qual é a recompensa que dão à este mesmo Ministério, esses que então foram salvos da proscricção? Como pagam a um Governo, que os salvou das garras dos [figadais] inimigos? Com a mais refinada ingratidão... A vil, e baixa intriga aparece em campo para denegrir a reputação daqueles, que sempre bem mereceram dos seus concidadãos; que levados ao lugar mais eminente da Sociedade souberam conservar a Paz contra os desejos dos seus inimigos, abater a orgulhosa cabeça da anarquia Haitiana, com que a cada instante nos ameaçavam, e por

---

<sup>19</sup> *O Homem Social*, edição 24 de 23/09/1832. Acervo do Arquivo Nacional (AN).



fim murchar o louro, que ornava a cabeça dos Apóstolos da Restauração. Com a mesma espada, com que corta a cabeça da ilegal Federação, com essa mesma destroça o Partido Caramuru. É este o Governo, que agora se proclamou defensor do Sistema Republicano? Oh incrível perversidade! O tempo mostrará que o Governo que acabou era rígido observador da Lei, inimigo dos extremos, trilhou sempre o caminho, que a Constituição lhe havia prescrito, esperando sempre do Corpo Legislativo o salutar remédio aos seus males, ou aos males da Pátria.<sup>20</sup>

Feijó havia ocupado a pasta da Justiça de julho de 1831 até julho de 1832, quando renunciou ao cargo devido às dificuldades peculiares do momento. Seu ministério foi aclamado e defendido pelos moderados, mas sofreu forte oposição, como vemos nas palavras do *O Homem Social*. Por um lado era combatido pelos exaltados, que pretendiam estabelecer as bases de uma República Federativa, mas cujo projeto causava espanto nos moderados, pois entendiam que poderia levar à anarquia e fragmentação do Império. Por outro lado, tinha a oposição sistemática dos restauradores (ou caramurus), onde transitavam os irmãos Andrada e Silva, sendo a figura mais influente, o próprio José Bonifácio, que ocupava o cargo de tutor do futuro Imperador. Desta forma, “com pouca experiência e frágil base real, os chamados moderados precisaram aprender as primeiras lições de ser governo em meio ao fogo cerrado”.<sup>21</sup>

Havia pelo lado dos moderados, uma nítida negação do republicanismo. Explorando a questão Wlamir Silva expõe que o “liberalismo-moderado afirmou diuturnamente sua opção monárquica”. Tal opção era “encarada dentro das necessidades de preservação do ‘edifício social’, em contraste com a ameaçadora revolução”. Nesta perspectiva, o “7 de Abril, de caráter moderado, e a Regência, deviam ser garantias contrarrevolucionárias”. A “opção monárquica” era, então, entendida como uma “estratégia de hegemonia”, por parte dos moderados, “que não a desprezavam no plano doutrinário”, como fica claro nas análises e nos artigos publicados no *O Homem Social*.<sup>22</sup>

O termo “federalismo”, por sua vez, também era gerador de atritos e divergências, tanto entre liberais moderados e exaltados, como entre estes e os caramurus ou restauradores. Por este motivo havia constante preocupação por parte dos moderados, nas folhas, nas sociedades patrióticas e nas câmaras e assembleias, de “marcar as diferenças com a orientação exaltada, ou

<sup>20</sup> *O Homem Social*, edição 24 de 23/09/1832. Acervo do Arquivo Nacional (AN).

<sup>21</sup> CALDEIRA, Jorge (Org.). *Diogo Antonio Feijó*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p.30. As citações do autor fazem parte da análise introdutória realizada pelo mesmo na referida obra.

<sup>22</sup> SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009, p.196 e 197.

anárquica”. Também por este motivo é possível observar no período divergências conceituais e ideológicas entre as próprias folhas liberais. Embora o termo não fosse sinônimo de “republicanismo”, devido à falta de “clareza conceitual e teórica”, era “identificado à República e aos turbulentos”.<sup>23</sup>

Neste conturbado cenário político, enfrentando revoltas até mesmo na Corte, inclusive com motins de policiais, e entendendo que a ordem era uma condição para a vida em sociedade, Feijó decretou a criação da Guarda Nacional, cuja concretização e organização em todo o território do Império foi bastante dificultosa e gerou inúmeros conflitos entre autoridades municipais e provinciais. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, o Ministério Feijó teria implementado um novo estilo de governo no país, respeitando as leis, respeitando a liberdade de imprensa, sem decretar prisões arbitrárias, e com o apoio fiel dos moderados. Sua renúncia causou grande abalo e tornou ainda mais sombrio o ambiente político, fazendo repercutir em todos os cantos do Império, notícias sobre a possível volta de Pedro I e da restauração de seu governo. Tais acontecimentos fomentaram a eclosão das diferentes revoltas e rebeliões que caracterizaram o período regencial.

Foi neste cenário, transitando em meio aos anseios moderados, entre o que considerava “radicalismo dos exaltados” e o “retrocesso dos restauradores”, que Bhering fazia a defesa do Ministério Feijó, a quem alguns alcunhavam de republicano. “Deixem-se portanto os intrigantes de fomentar a intriga por entre os seus concidadãos”. Assim, *O Homem Social* convocava o povo para “de mãos dadas chamar a um só centro os amigos da Lei, e da Liberdade Nacional, a fim de debelarmos o inimigo que nos ameaça”. E sugerindo como única “divisa” a Constituição e Pedro II, conclamava a todos a que se unissem como “Irmãos” pelo bem da pátria. “Não polua o nosso solo, o sangue dos Brasileiros, que nos é tão caro. Respeitemos os nossos direitos. Não praza aos Céus que nos nossos dias reine entre nós a guerra civil, esse flagelo, que muitos desejam ao Brasil, e que a Providência de certo arredará dentre nós”.<sup>24</sup>

Na defesa que o jornal faz do Ministério e do próprio Feijó está implícita, certamente, uma sensível identificação de ideias, valores, pensamentos e sentimentos. No entanto, esta simples empatia seria suficiente para causar a ira de muitos, especialmente partindo de um padre e na religiosa cidade de Mariana. Feijó era aquele padre que defendera abertamente a abolição

---

<sup>23</sup> SILVA, Op. cit., p.212 e 214.

<sup>24</sup> *O Homem Social*, edição 24 de 23/09/1832. Acervo do Arquivo Nacional (AN).

do celibato, que criticou publicamente aspectos da Igreja Católica Apostólica Romana. Era tido como líder do clero liberal ou iluminista, com foco na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo. Era forte oponente do clero conservador e, por estes motivos, frequentemente atacado pelos “órgãos restauradores” que o taxavam de “ministro de Satanás, sedutor e alcoviteiro de donzelas em confessionários, homem que viu a luz do dia em chiqueiro de porcos”. Além disso, era homem ciente das desigualdades, vantagens e arbitrariedades de seu tempo, consideradas, por ele e outros como Bhering, incompatíveis com a nova ordem vigente. Mostrava-se disposto a lutar pelas mudanças legais, como salientou Jorge Caldeira, mas tinha plena consciência das dificuldades de se enfrentar aqueles que “mandavam há séculos”, gente que “sabia usar os grandes vazios legais do país, que estava protegida por cargos e prestígio social, que fiava a passagem para a esfera do Brasil independente da herança legal e institucional do despotismo”.<sup>25</sup>

Nesta perspectiva, era preciso que os aliados moderados estivessem alertas e intimamente empenhados na defesa da legalidade, assim como no combate aos excessos e ataques de exaltados e restauradores. Era este, pois, o papel do “homem social” e do periódico que levava este mesmo nome, e que naquele momento denunciava a circulação de *pasquins* pelas ruas de Mariana. Estes eram espalhados pela cidade na calada da noite e neles se atacava nominalmente a cidadãos, especialmente aos liberais, atribuindo a eles o papel de anarquistas, republicanos e inimigos da religião. Neste sentido, é claramente perceptível, pelos escritos e opiniões lançadas pelo *O Homem Social*, uma preocupação sistemática em afastar dos moderados a pecha de republicanos e, assim, de buscar alertar ao “povo incauto” sobre as intenções ofensivas e insultantes de certos grupos. Cada um destes grupos possuía seus jornais e, em alguns casos, a “especialidade eram os mais grosseiros e caluniosos ataques contra o governo”, tornando difícil “distinguir a origem do ataque”. Jorge Caldeira sugere que “revolucionários e reacionários falavam a mesma língua naquele momento: a ordem legal era um embuste, e seus agentes, adversários de seus projetos”.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> CALDEIRA, Jorge (Org.). *Diogo Antonio Feijó...* Op. cit., p.33 e 34. Penso que existiu certa identificação e afinidade entre Bhering e Feijó. Ambos tinham origens familiares humildes “num país de dinastias familiares”, nascidos sem posse de terras ou heranças, e buscaram na carreira eclesiástica uma alternativa para suas vidas futuras, mesmo não tendo seguido carreira na hierarquia eclesiástica. Estas características, penso, forjaram sensivelmente suas ações enquanto homens públicos na condução das mudanças e reformas implementadas no âmbito do governo representativo.

<sup>26</sup> CALDEIRA, *Ibidem*, p.31.



Com o “Partido Restaurador”, por exemplo, *O Homem Social* dizia não admitir capitulação, “se não com a condição de largar as armas com que tem intentado ferir de morte o feliz, e venturoso dia Sete de Abril”. Assim, discorrendo sobre a “marcha dos Caramurus”, faz questão de informar a seus leitores dos acontecimentos na província do Ceará, onde Joaquim Pinto Madeira, após a Abdicação de Pedro I, organizou um grupo de homens e marchou até a vila do Crato onde declarou uma rebelião, prendendo os seus opositores liberais e desobedecendo as ordens estabelecidas pela Regência. Chamando a atenção do público para as atrocidades cometidas e o sangue brasileiro derramado naquela província, o jornal indicava que tudo aquilo ocorria em nome de Pedro I. “Eis aqui o que pretendem todos os restauradores: levantar o trono da Restauração sobre os cadáveres dos Brasileiros. Não conseguirão. O Brasil há de ser Livre e Independente”.<sup>27</sup>

Nessa trilha, em outro artigo publicado, o jornal chega a analisar os desdobramentos e possíveis benefícios de uma guerra civil. Tratando do EUA e, com base no texto de um autor francês não referenciado, sugere que naquele país, depois de toda anarquia e desordem, “depois do estupor do Estado, depois do entorpecimento das almas, vem a ser necessária”, pois seria a precursora da liberdade. A “guerra civil é algumas vezes necessária, por que ela só pode restabelecer os princípios construtivos”, parece afirmar o autor francês. Nessa perspectiva, se no caso “Americano” a guerra civil parece ter sido um mal necessário para o florescimento da liberdade, no Brasil, onde as condições eram distintas, seria uma “aterradora ideia”. Em realidade, aterradora, mas não tão improvável assim, como afirma o redator do *O Homem Social*, já que em determinadas circunstâncias seria uma alternativa não apenas possível, mas necessária. Perguntava, então, a seus leitores: “se cativos Caramurus indignos do nome Brasileiro quiserem tentar escravizar-nos, pondo outra vez à sua frente seu antigo Senhor? Então que remédio?”<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> *O Homem Social*, edição 27 de 13/10/1832. Acervo do Arquivo Nacional (AN). Esta rebelião ocorrida na província do Ceará ficou conhecida como *Insurreição do Crato*. Seu líder, Joaquim Pinto Madeira, foi vencido pelas forças legais e condenado à morte por enforcamento pelo júri daquela vila. Recorreu ao júri da capital da província, mas foi mantida a pena capital, agora por fuzilamento, sendo ele executado em 28 de novembro de 1834 em Fortaleza. Quanto às expressões – “o feliz, e venturoso dia Sete de Abril” e “Não conseguirão. O Brasil há de ser Livre e Independente” – ambas aparecem em destaque no texto do jornal, com a respectiva fonte em negrito e ampliada.

<sup>28</sup> *O Homem Social*, edição 34 de 08/12/1832. Acervo do Arquivo Nacional (AN).

Essa guerra será de extermínio; mas em outras circunstancias mais brilhantes do que as dos Americanos do Norte, e contra uma *nação* muito menos poderosa, nós de certo venceremos essa nação digna de outros destinos, mas governada pela inquisição, frades estúpidos, e arrogantes e vis fidalgos, três pragas que no solo Brasileiro pouco grassarão; talvez por que os ministros portugueses, mesmo os mais déspotas, sempre entreviram no coração dos Brasileiros as sagradas faíscas da liberdade, e os olhos, e sentimentos dos mesmos, sempre voltados com ternura, e nobre inveja para os ditos habitantes do Norte.<sup>29</sup>

Atento aos acontecimentos políticos da Corte, o jornal marianense se volta à defesa de Bernardo Pereira de Vasconcelos, então deputado, que em discurso havia criticado duramente o também deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Este último, por sua vez, publicou um *folheto* em reposta às acusações de Vasconcelos. *O Homem Social*, alinhado a Vasconcelos e Feijó, a quem os irmãos Andrada faziam forte oposição, parte para o ataque contra Martim Francisco. O texto, embora bastante interessante, repleto de ironias e de efeitos linguísticos e retóricos, não apresenta uma discussão sobre os debates parlamentares, mas sim uma compilação dos ataques pessoais de ambos os deputados.

Martim Francisco, apesar de toda sua suposta “soberba e arrogância”, como sugere o texto, era acusado de não ter apresentado na Câmara nenhum projeto de lei ou resolução. A linguagem adotada – coloquial quando trata de temas como o percevejo de um, o pigarro de outro, mas rebuscada, falando de oradores gregos e da compreensão do Universo – tinha o nítido intento de convencer os leitores das intenções de cada deputado. “Não sabemos o que o futuro promete”, dizia *O Homem Social*, mas “ainda que os Andradas triunfem na Corte (o que não é de esperar do brio Fluminense) não triunfarão em Minas”. Iremos com “o nosso pequeno contingente mostrando aos iludidos, que Andradas [...] não devem ser Deputados; por que são muito soberbos, muito insultantes, muito enfatuados, e não fazem cousa alguma a bem da nação”.<sup>30</sup>

Em outro momento, o jornal publica uma curiosa correspondência, assinada pelo pseudônimo o “Liberal que não verga”, em que este informava sobre a decisão da Assembleia Geral, por meio de um Extrato da Lei do Orçamento, de devolver aos herdeiros dos “inconfidentes” todos os bens confiscados e que se encontravam “incorporados aos Próprios Nacionais”. O correspondente se aproveitou desta decisão para atacar os “Caramurus” que pretendiam “restaurar” aquele “infame governo despótico” que perseguiu, roubou e degolou

<sup>29</sup> *O Homem Social*, edição 34 de 08/12/1832. Acervo do Arquivo Nacional (AN).

<sup>30</sup> *O Homem Social*, edição 31 de 17/11/1832. Acervo do Arquivo Nacional (AN).

“aqueles Patriotas de 1789”. Segundo informa, a representação havia partido do Conselho Geral de Minas e foi acatada pela Assembleia Geral Legislativa, o que certamente foi motivo para “bem dizer o sistema Constitucional que vai esmagando o monstro do Despotismo”.<sup>31</sup>

Esta correspondência vem corroborar certa hipótese levantada em outra pesquisa, a de que havia em Minas Gerais certo sentimento de que a liberdade tinha enormes dificuldades para florescer. Ou seja, que os traumáticos acontecimentos de 1789 ainda pairavam, ganhando forma por meio de outros embates e das novas experiências vivenciadas naqueles tempos constitucionais. Não obstante, o lema da bandeira revolucionária, “*liberta quae sera tamen*”, colhido por Inácio José de Alvarenga Peixoto, um dos líderes conjurados, em um verso de Virgílio, pensador este lido e citado por muitos dos “patriotas mineiros”, é representativo de um “espaço de experiência”, no sentido estabelecido por Reinhart Koselleck, das vivências contestatórias, entusiasmadas e revolucionárias dos “inconfidentes” de 1789, que guardava, necessariamente, um “horizonte de expectativas”, o da independência nacional, da liberdade mesmo que tardia.<sup>32</sup>

### Um ativista da educação pública

Tema fundamental tratado pelo jornal foi também o da educação. Seu redator, mesmo atuando como escritor público, atuava como professor de filosofia e retórica. O tema era sempre abordado com muito afeto e atenção. O jornal publicava a tradução de textos e autores consagrados, se empenhava na divulgação de projetos e resoluções do governo relativas ao tema e mantinha uma vigilância constante em relação às autoridades e temas voltados à educação.

Bhering chegou a estabelecer um Gabinete de leitura em sua própria residência. Ali disponibilizava gratuitamente seus livros e os periódicos de diferentes partes do Império para leitura. As leituras coletivas realizadas nestes ambientes certamente tiveram papel fundamental na propagação destas ideias liberais, patrióticas, assim como de uma linguagem pautada pelo liberalismo. A formação de um espaço de leitura, de discussão e de formação de opinião aponta

---

<sup>31</sup> Correspondência do “O Liberal que não verga”. *O Homem Social*, edição 33 de 01/12/1832. Acervo do Arquivo Nacional (AN).

<sup>32</sup> Faço referência ao seguinte texto: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

nitidamente para a existência de uma pedagogia liberal que ia além das salas de aula e das páginas dos jornais. Luiz Carlos Villalta ressalta, por exemplo, que o domínio da leitura em Ouro Preto e Mariana, em fins do século XVIII e começo do XIX, estaria “razoavelmente disseminado entre os homens livres e brancos, fazia-se menos presente entre as mulheres do mesmo grupo, sendo rarefeito entre negros e mulatos, forros e escravos”.<sup>33</sup>

O caso do Gabinete de Leitura estabelecido na casa de Bhering, além da instrução gratuita de jovens, visava sim a propagação das ideias e conceitos do liberalismo e do constitucionalismo. O Gabinete e as páginas do *O Homem Social*, assim como os demais espaços e iniciativas dos liberais, funcionaram, portanto, como um local gerador de identidades, afinidades e ações, fomentando a formação de uma esfera pública e participativa. Tais iniciativas representam a viva manifestação das novas práticas impulsionadas pelo liberalismo e a materialização de uma faceta importante dos princípios liberais no interior do Império.

Wlamir Silva, analisando a circulação dos periódicos liberais na província de Minas Gerais e a realização das leituras públicas, entende que “a concentração desses periódicos na moradia de um liberal já nos indica uma ação coletiva e premeditada de produzir a divulgação deste ideário”. Assim, em função da expulsão do Seminário, Bhering, aquele “mestre de talento persuasivo”, concretizava as ações da pedagogia liberal e “fazia mais que franquear periódicos”. O autor sugere que “a circulação em sua casa devia ocorrer na dinâmica de leituras públicas e discussões”, o que fazia parte das “iniciativas da elite liberal de criar uma opinião pública”, atingindo também os analfabetos e “setores excluídos de qualquer reflexão sobre o poder”.<sup>34</sup>

O tema da educação era tão sensível ao redator do *O Homem Social* que o jornal chega a cobrar publicamente um colega “patriota” que naquele momento ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados. O senhor Batista Caetano de Almeida, correligionário liberal e redator do importante jornal *O Astro de Minas*, de São João Del Rei, foi incisivamente criticado por ter solicitado naquela casa o adiamento da discussão de uma proposta do Conselho Geral da Província que criava em cada cabeça de comarca um *Curso de Disciplinas Elementares*. Visivelmente irritado, o redator do *O Homem Social* argumentou que as propostas dos Conselhos Gerais, especialmente de Minas, vinham sendo objeto de desprezo por parte dos

---

<sup>33</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. “Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas*, 2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p.296.

<sup>34</sup> SILVA, Wlamir. *Liberais e povo...* Op. cit., p.137-138.

deputados. Tal adiamento, segundo ele, equivaleria a um “eterno esquecimento e o Senhor Batista talvez com a mais pura intenção chamou sobre as comarcas, que o elegeram também em boa fé, todos os males provenientes da falta de ilustração nas Disciplinas Elementares, que reina no geral de nossa população”. O agravante era o fato de o adiamento ter sido solicitado por “um Deputado de Minas”.<sup>35</sup>

Na ocasião em que analisa a conversão do Conselho Geral da Província em Assembleia Legislativa Provincial, o jornal informa, também, acerca de outras importantes resoluções aprovadas pelo Conselho em benefício da educação e da instrução pública. Destacam-se aquela que determinou a fundação “de um Colégio de educação da mocidade Indiana”, outra que estabeleceu a “*Academia de Sciencias Montanisticas* para o desenvolvimento de nossas Minas”, outra que “estabelece o sistema de prover as Cadeiras de professores de Primeiras Letras e seus ordenados”, além de resoluções propondo a criação de uma *Academia Médico-Cirúrgica* em São João Del Rei, de um Curso de Ciências Sociais e também de uma cadeira de *Taquigrafia*.<sup>36</sup>

A criação da Assembleia Legislativa Provincial foi esperançosamente anunciada como uma grande conquista em benefício das províncias, pois possibilitaria que as resoluções tomadas por suas autoridades, como também aquelas em prol da educação, não tivessem plena dependência da Assembleia Geral e fossem convertidas em leis provinciais, tendo efeito imediato. Assim, “teremos de ver a nossa província avançar com rapidez ao cúmulo da Felicidade; por que as Leis, que forem aprovadas pela Assembleia terão imediata a sua devida execução sem dependência da Aprovação da Corte, que nem sempre possui os precisos dados para curar as enfermidades das Províncias”.<sup>37</sup> Esta mudança eliminaria, por exemplo, muitos transtornos causados pela demora e impedimentos na tramitação das resoluções no âmbito da Assembleia Geral, como lamentou Bhering na crítica feita ao referido deputado mineiro.

---

<sup>35</sup> *O Homem Social*, edição 17 de 04/08/1832. Acervo do Arquivo Nacional (AN). Em outra edição (34 de 08/12/1832) *O Homem Social* publica algumas disposições da Lei do Orçamento, relativas à província de Minas Gerais, onde se verifica que a verba destinada para a Instrução Pública, no ano financeiro de 01 de julho de 1833 a 30 de julho de 1834, era de 40:000U, valor relativamente superior ao destinado, por exemplo, às Obras Públicas (22:000U), e que estava abaixo apenas daqueles destinados às Guardas Policiais (50:000U).

<sup>36</sup> *O Universal*, edição 742 de 30/04/1832. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN). *O Homem Social*, edição 33 de 01/12/1832. Acervo do Arquivo Nacional (AN).

<sup>37</sup> *O Homem Social*, edição 33 de 01/12/1832. Acervo do Arquivo Nacional (AN). Em relação ao Colégio de educação para a mocidade Indiana, em outra edição (24 de 23/09/1832), o jornal publica na íntegra a Resolução da Assembleia Geral Legislativa, sancionada pela Regência, em que se mandava estabelecer na província de Minas Gerais um Colégio de Educação destinado à instrução da Mocidade Indiana. A Resolução compunha-se de 9 artigos, dentre os quais ficava estabelecido que o ensino seria para ambos os sexos, devidamente separados dentro do edifício, e que também seriam admitidos os índios adultos e os meninos e meninas brasileiros.

## Considerações finais

*O Homem Social* findou a sua breve carreira no ano de 1833, publicando seu último número após o término da chamada *Revolta do Ano da Fumaça* e a retomada das cidades de Ouro Preto e Mariana pelas tropas legalistas. Sua trajetória reflete os esforços de homens que, como Bhering e outros empenhados liberais, entenderam as “circunstâncias” excepcionais que experimentaram, como a ocorrência da Independência e a busca incessante por firmar um modelo de nação constitucional. Tinham consciência do importante papel que suas vidas e suas folhas desempenhavam em prol de seus concidadãos e da pátria, lutando para forjar um caminho com bases mais sólidas para o Estado, amparados por leis e pela Constituição, além de procurar combater com todas as forças os resquícios de práticas anteriores aos “tempos constitucionais”.

A análise dos escritos e das ideias divulgadas pelo periódico *O Homem Social*, portanto, fornece indícios importantes acerca da forma como as muitas folhas espalhadas pelo grande território do Império faziam política, assim como dos meios que estes jornais tinham a sua disposição para integrar os grandes debates e temas da política nacional. Estas características, por sua vez, apontam para a sua efetiva participação nas manobras estabelecidas no seio do jogo político das respectivas vilas e províncias, mas possibilitam, também, uma leitura singular acerca das muitas facetas da imprensa periódica e das relações intensas estabelecidas entre folhas da Corte e folhas do interior.

## Fontes

*Anais da Biblioteca Nacional*, edição 117 do ano de 1997. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

*Astréa*. Periódico digitalizado. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

*O Homem Social*. Periódico Microfilmado. Acervo do Arquivo Nacional (AN).

*O Novo Argos*. Periódico digitalizado. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

*O Universal*. Periódico digitalizado. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria Marta. Impressores, editores e correspondentes: as origens da imprensa periódica em Minas Gerais. *Extensão e Cultura*, v.X, p.37-40, Goiânia, UFG, 2008.

\_\_\_\_\_. Uma história de precursores e ativistas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLIV, n.1, p.20-23, Belo Horizonte, 2008.

ARAÚJO, Valdei & SILVA, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a Sentinela do Serro e o sentido da ‘republicanização’ (1830-1832). *Varia História*, v.27, n.45, p.75-95, Belo Horizonte, 2011.

BARATA, Alexandre Mansur. A Revolta do Ano da Fumaça. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.50, p.78-91, Belo Horizonte, 2014.

\_\_\_\_\_; BARBOSA, Silvana Mota & MARTINS, Maria Fernanda Vieira (Orgs.). *Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos como canela: anotações em torno de um debate político nos anos 1860”. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BASILE, Marcello. “O Laboratório da Nação: a era Regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial, volume II, 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CALDEIRA, Jorge (org.). *Diogo Antonio Feijó*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CATROGA, Fernando. “Pátria, nação”. In: NAXARA, Márcia & CAMIOTTI, Virgínia (Orgs.). *Conceitos e linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013.

DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (Orgs.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Ed. USP, 1996.

DRUMMOND, Maria Francelina Silani Ibrahim. Primeiras luzes nas letras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.44, n.1, p.57-71, Belo Horizonte, 2008.

FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. “As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor”. In: PRADO, Maria Emília (Org.). *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LUSTOSA, Izabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1822)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUZ, Estevão de Melo Marcondes. Incendiárias folhas: ação política e periodismo na trajetória do padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829-1849). Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, 2016.

MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLIV, n.1, p.24-41, Belo Horizonte, 2008.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial*. São Paulo: Hucitec, 2003.

\_\_\_\_\_. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. *Topoi*, p.39-58, Rio de Janeiro, mar. 2002.

NAXARA, Márcia. Pensando origens para o Brasil no século XIX: história e literatura. *História: Questões & Debates*, n.32, p.47-64, Curitiba, UFPR, 2000.

\_\_\_\_\_; SEIXAS, Jacy & CERASOLI, Josianne (Orgs.). *Tramas do político: linguagens, formas, jogos*. Uberlândia: EDUFU, 2012.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. A “guerra das penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*, n.8. Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Censura, circulação de ideias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIII, p.665-697, Coimbra, 1999.

PEREIRA, Luisa Rauter. Ao ponto que as necessidades exigem: experiência política e reconfiguração do tempo no debate político brasileiro da década de 1830. *Almanack*, n.10, Guarulhos, 2015.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996.

RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008.

SILVA, Wlamir. *Liberais e o povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. “Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage & VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas*, 2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007.

XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro, 1998.